

Samuel

O fim do sonho?

O presidente da República se lembrará, sem dúvida, de que seu retiro em Curupu não serviu apenas para que se visse à deriva em uma lancha sem leme. Foi nas suas férias de fim de ano que s. exa. definiu o perfil de seu ministro da Fazenda, escolhendo um técnico, de preferência a um industrial ou a um político, porque se fazia mister executar a política econômico-financeira do presidente. Fomos dos poucos a alertar o chefe de governo para o risco imenso que assumia, fazendo saber que dali para a frente não se executaria mais a política do sr. Dilson Funaro ou do professor Bresser Pereira, mas a do presidente da República! O malogro da gestão Maílson da Nóbrega, lembrávamos, seria todo ele debitado ao presidente Sarney, e isso deveria ser evitado para o bem das instituições políticas, que não suportariam mais uma prova de que a Novíssima República não tem política econômico-financeira, não quer ter.

O presidente da República pareceu ter atentado para a seriedade do argumento. Nomeado o ministro Maílson da Nóbrega, o chefe de governo deu a impressão de que lhe havia entregado a direção da política econômico-financeira, dando-lhe o apoio necessário para que o combate ao déficit público fosse feito com a rapidez e o rigor que se impunham. A opinião pública compreendeu que as providências saneadoras demorassem em função da necessidade de o presidente da República obter da Assembléia Nacional Constituinte um como que aval para a política que pretendia realizar por intermédio do ministro da Fazenda. Compreendeu e deu o *sursis* indispensável. Agora, porém, em todos os setores de opinião começa a surgir o temor de que o ministro Maílson da Nóbrega não possa realizar a política que almeja, pois a suas ponderações começam a contrapor-se as opiniões e conveniências políticas do presidente da República. Em outras palavras, de atraso em atraso, o público começa a dar-se conta de que quem faz de fato a política econômico-financeira é o presidente da República, que continua preso a seus velhos princípios de não decidir coisa alguma que o indisponha com aquilo que ele imagina ser o favor do público.

É compreensível que o "efeito Ca-

marinha" faça o presidente da República pensar duas vezes antes de adotar qualquer providência na área dos vencimentos do funcionalismo público. Afinal, o ministro-chefe do EMFA, ao opor-se ao congelamento da URP apenas para os funcionários do Executivo, falava em nome de ponderável força de pressão. O problema é que ao "efeito Camarinha" poderá somar-se outro, vindo da Previdência Social, por exemplo; depois outro, promovido pelas estatais do setor energético, e em seguida um quarto e assim por diante. Cedendo a tantos "efeitos", que política pretende o presidente realizar para diminuir o déficit público? A rigor, nenhuma — essa a triste conclusão a que se pode chegar, à vista de tantas hesitações.

Não é apenas o chefe de governo que hesita. O governo todo está paralisado, dividido entre os que desejam demitir funcionários e os que são contra a providência; os que querem congelar a URP e os que apenas concordam com isso se houver congelamento de preços e salários em toda a economia; os que bradam pela liquidação das estatais improdutivas e pela privatização de algumas outras, e os que temem a desnacionalização da economia. Entre os que... O curioso é que enquanto todos discutem, o presidente sorri, como se fosse o Pequeno Príncipe da fábula, disposto a dar ordens a seus súditos, desde que sejam aquelas que eles gostariam de receber. Em outras palavras, enquanto o ministério se dilacera, o presidente aguarda — não se sabe o quê.

Na verdade, o passado recente permite supor que s. exa. está à espera da fórmula salvadora que concilie as necessidades de salvar o Estado e manter íntegro o sistema político com a compulsão interior que o leva a não criar atritos com velhos companheiros de Congresso, ou pessoas de cuja opinião depende para nortear suas ações. Pior que tudo, s. exa. sonha possível conciliar as opiniões que os *marimbondos* têm sobre a política econômica com as certezas que os ministros da Fazenda e do Planejamento possuem acerca da necessidade de agir ortodoxamente. Entre a assessoria íntima e os ministros, o presidente sempre preferiu a primeira — e dedicou-se com requintes de príncipe renascentista a destruir a imagem de seus ministros

como se fossem outros tantos adversários seus. Na verdade, o presidente da República deseja fazer a política econômica que seus conselheiros mais íntimos lhe garantem ser a melhor para granjear prestígio. Ora, essa política, todos sabemos, não tem como resultado, em momento algum, a impopularidade. Os maus conselheiros do presidente parecem dizer-lhe todos os dias: "Por que criar atritos desnecessários se ao fim do processo tudo dará certo, como deu até gora? Apesar dos pessimistas, a economia cresceu quase 3% em 1987, a paz social está assegurada e não há necessidade de correr o risco de perder um ano de mandato só para atender aos que pensam que as normas ortodoxas são para ser aplicadas". O presidente ouve essas ponderações e, tirando a consequência delas, "frita" seus ministros. Ele não tem a rigor por que se preocupar; se não sabe, imagina que a crise provocada pela falta de decisão não virá neste ano, e talvez nem no próximo — portanto não o atingirá. Por isso nada faz de sério, preferindo compor. Não luta para defender uma idéia; pelo contrário, nada faz para que não o interpretem mal.

A demora na tomada de decisões só vem comprovar aquilo que se temia estivesse acontecendo: o ministro da Fazenda não tem como realizar a sua política. Deve fazer a política dos conselheiros do presidente e assumir a responsabilidade pelo malogro dela. O presidente, ao aceitar a demissão do professor Bresser Pereira, fez saber que o programa de combate ao déficit público de seu ministro era tímido, e que o dele, chefe de governo, seria firme. Até hoje, a propalada firmeza só se manifestou nas pressões sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

O presidente deve ter tido suas razões estratégicas para lutar contra os políticos: que aconteceria se a Assembléia fizesse greve contra as pressões? Nada! Se, porém, ao "efeito Camarinha" se somarem outros tantos, seria difícil governar em paz. O presidente José Sarney prefere governar em paz, deixando o Tesouro tornar-se vazio no governo de seu sucessor, a enfrentar agora as dificuldades e travar o bom combate. É uma opção pessoal que, infelizmente, apressará o fim do sonho do Brasil, potência moderna do século XX.